

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Crise da Educação. Superior Privada no Brasil.

Paulo Cesar Azevedo Ribeiro.

Cita:

Paulo Cesar Azevedo Ribeiro (2009). *Crise da Educação. Superior Privada no Brasil. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/2054>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Crise da Educação Superior Privada no Brasil

***Paulo Cesar Azevedo Ribeiro,
mestre em História (UFF),
professor universitário,
doutorando em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR-UFRJ)
diretor do Sinpro-Rio.***

O reconhecimento, pela Organização Mundial do Comércio (OMC), da Educação Superior como área atrativa de investimentos transformou-a em palco de realização de grandes oportunidades de negócios, e uma das áreas de maior expansão do setor de serviços na economia brasileira na última década. Os interesses do mercado financeiro - especialmente dos fundos múltiplos de investimentos - vêm se sobrepondo às responsabilidades das Instituições de Educação Superior (IES) privadas com o desenvolvimento de um projeto educacional de qualidade.

A estrutura acadêmica e administrativa das universidades, centros universitários e faculdades privadas passou a ser gerenciada pela perspectiva suprema da lógica do lucro e por uma radical mudança na concepção do papel das IES e de suas funções precípuas: a produção do conhecimento, o desenvolvimento de um projeto político-pedagógico soberano de nação e o desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

A Educação Superior, constitucionalmente reconhecida como um direito social fundamental, um bem público regulado pelo Estado, é tratada como uma mercadoria qualquer, submetida à estrita lógica do mercado e dos investidores privados.

A demanda pelo Ensino Superior cresce em todo o país e as universidades públicas - embora tenham dobrado o número de vagas nos últimos anos - só conseguem atender à cerca de 20% dos novos estudantes, enquanto se expandem faculdades, centros universitários e universidades privadas, multiplicando suas instalações pelas principais cidades do país. No setor educacional privado - que já é o sexto setor da economia nacional - vem-se observando uma transformação muito acelerada nos últimos 15 anos: expansão das IES privadas, com uma tendência consolidada de atuação de grandes grupos e redes de ensino que nos três últimos anos vêm realizando abertura de seus capitais através da Oferta Pública de Ações (OPA), redefinindo sua personalidade jurídica anterior de entidades filantrópicas.

As universidades privadas, em vez de cumprirem as obrigações contidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996), passaram, nos últimos anos, por reestruturações que visam basicamente o esvaziamento da estrutura curricular dos diferentes cursos, a diminuição de seus quadros acadêmicos com demissão de mestres e doutores, com vistas à redução dos custos e maximização dos lucros. Ignorando o princípio constitucional da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão (artigo 207 da Constituição Federal do Brasil) implementou-se um modelo de “pedagogia bancária” com graves implicações de ordem acadêmica e trabalhista, que contribuem negativamente para a deterioração da qualidade de ensino e o comprometimento da formação profissional de futuros engenheiros, economistas, professores, médicos, advogados, arquitetos, administradores, dentistas, veterinários, e outros.

O artigo 52 da LDB, de 1996, afirma que “As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por: I. produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional; II. um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; III. um terço do corpo docente em regime de tempo integral. Esse parágrafo único desse artigo foi regulamentado pelo Decreto número 2.306/97.

Embora as universidades, centros universitários e faculdades tivessem dez anos para se adequar às exigências legais da chamada Nova LDB em grande parte não as cumpriram. E sistematicamente operaram um conjunto de transformações que as foram transformando em empresas com características mercantilistas. Um grande número de demissões de professores ocorreram como forma de diminuir os custos com as folhas de pagamento e aumentar as suas margens de lucro, especialmente de professores que tinham apenas a graduação ou especialização, preservando-se os que tinham título de mestre e doutor, para de modo artificial facilitar o cumprimento do artigo 52 que estabelece o mínimo de um terço de mestres e doutores. Ao invés de realizarem uma política de incentivo ao aperfeiçoamento acadêmico com concessão de bolsas e dispensa de aulas para os docentes se aperfeiçoarem optaram pela diminuição do quadro docente.

A maior universidade privada do Rio de Janeiro, e uma das maiores do país, realizou um plano de desestruturação da Universidade, constituída de colegiados (Conselho Universitário, Conselho de Ensino e Pesquisa) conforme prevê a LDB e seus próprios Estatutos e Regimentos internos, assim como dissolve na prática e formalmente seus Centros e Departamentos. Conforme a LDB e os Estatutos e Regimentos esses conselhos são órgãos colegiados que deveriam ter representação de estudantes e professores, democraticamente eleita para gestões anuais, que sem possibilidade de reeleição constituiriam a maioria desses centros de decisão, responsáveis pela criação, extinção, alteração de cursos e de currículos, seleção, contratação e dispensa de professores. Uma estrutura democrática foi destruída e em seu lugar nem a estrutura universitária tradicional constituída de Reitor e Pró-Reitores a substituiu. O poder passou inteiramente à mantenedora, uma vez que a Universidade tinha o caráter filantrópico, uma instituição sem fins lucrativos, que não pagava impostos e que recebia isenções fiscais e subsídios para funcionar prestando serviços educacionais à coletividade. Essa mudança retirou dos discentes e dos docentes toda e qualquer forma de interferência na gestão acadêmica e administrativa dessa universidade.

Uma das mudanças atuais mais significativas ocorridas ao longo dos últimos doze anos, foi a alteração dos semestres letivos no ano de 1997 e que assinala a inflexão de trajetória dessa universidade de natureza filantrópica para sua transformação há dois anos numa empresa de capital aberto, uma sociedade anônima que tem ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). Até 1996 as disciplinas eram ministradas em semestres letivos de quinze semanas. Uma disciplina de quatro créditos que totalizam 60 horas/aula e eram dadas em aulas duplas em dois dias da semana passaram a ser aulas triplas dadas em apenas uma sessão, num dia da semana, em semestres letivos com 20 semanas. Como as aulas são de cinquenta minutos diurnos e quarenta

minutos noturnos as aulas passaram de 1h40min para 2h30min, uma duração totalmente inadequada para cursos de graduação.

O objetivo claramente não foi pedagógico, uma vez que houve diminuição do atendimento aos alunos, com a utilização de mais tempos de aula para avaliações acadêmicas do que de aulas com conteúdo e atividades que permitam alterações de atitudes e comportamentos nos estudantes, como recomenda uma visão crítica da Educação. Na verdade de uma só vez a citada universidade ou sua mantenedora aumentou os lucros em 25% uma vez que a remuneração da quase totalidade de seus professores é paga por carga horária semanal. Com essa mudança ao invés do professor(a) receber 4horas/aula semanais para cada disciplina em cada turma ele(a) passou a receber apenas 3horas/aula, e ainda teve suas férias diminuídas em cinco semanas, sem atender melhor a seus alunos e alunas.

Uma simples fiscalização do Ministério da Educação (MEC) pode constatar essa afirmação, fazendo-se uma verificação nos diários de classe de uma amostragem aleatória significativa de algumas disciplinas de quaisquer cursos de graduação, confrontando-os com o Calendário Acadêmico. Quase nunca as disciplinas tiveram sua carga horária completa ministrada aos estudantes porque invariavelmente há feriados tanto no primeiro quanto no segundo semestre. Então mesmo com o início das aulas antecipado para o início de fevereiro e com sua extensão até o início de julho, no primeiro semestre, e a antecipação do início do segundo semestre letivo para o terceiro decêndio de julho e sua extensão para o dia 20 de dezembro, próximo das festas natalinas, as matérias curriculares não foram mais trabalhadas com o mesmo ritmo, intensidade e integralidade. No discurso a mudança teria um objetivo pedagógico e se tratava de uma “adequação à nova LDB”, na prática era uma extração maior de mais-valia.

Outras irregularidades passaram a ser praticadas sistematicamente e seguindo um plano de transformação dessa instituição “filantrópica” numa empresa altamente lucrativa e formalmente uma Sociedade Anônima.

Um grupo de advogados, contadores, economistas, educadores e militantes sindicais está atualmente realizando uma sequência de reuniões do Fórum da Educação Superior das IES privadas do Rio de Janeiro com o objetivo de desconstruir os discursos das mantenedoras das IES e entender as estratégias que são utilizadas por seus representantes para - burlando as leis vigentes no país e protelando a aplicação da LDB e de legislação complementar, assim como a Constituição

Federal e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e violando várias cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) conseguirem transformar entidades sem fins lucrativos em lucrativas sociedades anônimas.

Um primeiro desafio: compreender como uma organização sem fins lucrativos (filantrópica) pode legalmente, se é que pode!? – depois de anos de isenções fiscais, subsídios, incentivos dos cofres públicos – se transformar numa sociedade com fins lucrativos. E os anos de “acumulação de capital” em que ela se beneficiou, às custas dos cofres públicos, ou seja dos recursos da sociedade? Como poderiam ser ressarcidos ou compensados? Esse processo individual não caracterizaria além de uma ilegalidade uma forma de concorrência desleal para com as outras empresas com fins lucrativos que pagaram impostos e cumpriram obrigações mais rigorosas?

Nos três últimos anos observa-se no Brasil um processo de formação de conglomerados educacionais do porte da Estácio Participações S.A., Grupo Anhanguera-Morumbi e a Rede Króton Educacional, com ramificações por vários estados. Esses grupos protagonizaram transformações significativas no quadro de fusões e aquisições no País. Dados estatísticos apontados por várias consultorias econômicas revelam que a Educação já é o terceiro setor em que mais ocorreram transações desse tipo no ano de 2008. Esse setor só perde para as áreas de Tecnologia de Informação e Alimentos-Bebidas-Cigarros.

Realizaram-se 30 aquisições no primeiro semestre de 2008, em contraste com as 19 realizadas no ano de 2007. Esses números são reveladores do movimento de efetiva consolidação de um modelo oligopolístico no Ensino Superior Privado que teve crescimento de mais de 100% desde o fim dos anos 90. Essa é a tendência: as IES pequenas e lucrativas serão compradas pelas maiores; as deficitárias, fechadas; e os grandes conglomerados formarão um forte oligopólio. Esse quadro lamentável requer o urgente controle da sociedade e a regulação do Estado.

A atuação dessas redes de ensino evidenciam os sinais preliminares de concentração oligopolística do setor através da realização de um amplo movimento de fusões e aquisições das IES, preferencialmente as que enfrentam dificuldades financeiras (faculdades isoladas, centros universitários e universidades). No cenário atual, a Universidade Estácio de Sá - controlada pela Estácio Participações S.A. - destaca-se como a maior rede privada de ensino superior do País com mais de 205 mil alunos nos cursos de Graduação; e ramificações em 16 estados e 77 *campi* espalhados nacionalmente.

Preparando-se para incorporar outras IES ou para serem incorporadas por esses conglomerados, as universidades, em vez de cumprirem as obrigações contidas na Lei de Diretrizes e Bases (LDB, de 1996), passaram, nos últimos anos, por reestruturações que visam basicamente ao esvaziamento da estrutura curricular dos diferentes cursos, a diminuição de seus quadros acadêmicos, com vistas à redução dos custos e maximização dos lucros.

Na medida em que os professores conquistaram em dezenas de anos de lutas sindicais o Adicional por Tempo de Serviço (ATS) na forma de anuênio agora transformado em triênio no Rio de Janeiro, os docentes mais antigos e experientes tornam-se “caros”, e as IES preferem pagar menos a uma mão-de-obra recém-formada, adotando o que chamam de “turn over” como estratégia de aumentar a lucratividade. A carreira acadêmica, com Plano de Cargos e Salários e uma certa estabilidade, requisitos fundamentais para o desenvolvimento da tríade Ensino-Pesquisa e Extensão está seriamente prejudicada onde ela existe.

A chamada “gestão estratégica de negócios”, adotada sem atender às exigências constitucionais de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão (artigo 207 da Constituição Federal) implementou um modelo de “pedagogia bancária” com graves implicações de ordem acadêmica e trabalhista, que contribuem negativamente para a deterioração da qualidade de ensino e o comprometimento da formação profissional de futuros engenheiros, economistas, professores, médicos, advogados, arquitetos, administradores, dentistas, veterinários, e outros.

Com o falso pretexto de buscar a modernização e adaptação às exigências da economia globalizada; e de se fortalecer para enfrentar as dificuldades provocadas pela inadimplência dos alunos e o cumprimento de exigências legais, as IES privadas se valem de instrumentos de Educação à Distância (EAD) - disciplinas on-line, aulas teletransmitidas e outras “modernidades” - e realizam flexibilização curricular para, supostamente, melhorar a empregabilidade dos estudantes. Há, na realidade, um grande enxugamento do quadro acadêmico com eliminação de coordenações e horas-aulas com implantação de Gerências Executivas sem qualificação acadêmica adequada.

O movimento de reforma acadêmica, de cunho empresarial, se completa com a adoção de procedimentos pedagógicos como a modularização (extinção de pré-requisitos), a otimização das disciplinas (oferecimento de disciplinas comuns para alunos de diferentes cursos, sem atender às suas especificidades).

Além disso, há uma prática perversa de eliminar custos com a demissão de docentes qualificados e com muita experiência, que, numa visão meramente contábil, oneram as folhas de pagamento porque recebem adicionais por sua titulação e anos de experiência.

O processo de mercantilização da Educação Superior instaurado pelas IES privadas é fruto de uma concepção deformada da EAD, modalidade não presencial de educação, banalizada como mecanismo de otimização de custos e deterioração da qualidade de ensino. Inexiste nas IES privadas o desenvolvimento de um modelo pedagógico adequado às especificidades da EAD, destinado à eficiente capacitação dos professores das disciplinas on-line e telepresenciais, capazes de manter mobilizada uma comunidade virtual de alunos em torno dos conteúdos ministrados. Na economia de escala por EAD observa-se a ausência de padrões referenciais mínimos de qualidade exigíveis à esta modalidade de ensino: regulamentação da função de professor-tutor e ausência de uma proporção razoável do número de alunos que garanta boas possibilidades de acompanhamento e comunicação pelo professor-tutor.

Nesse contexto, o Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região (Sinpro-Rio) enfrenta o desafio de ter na sua área de abrangência territorial a sede do maior conglomerado educacional do País: a Estácio Participações S. A., grupo empresarial que detém o controle da Universidade Estácio de Sá. Desde 2007 - época da realização da abertura de capital através do lançamento e negociação de ações na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) - esta IES vem capitaneando um modelo preocupante de gestão universitária bastante prejudicial aos interesses da comunidade acadêmica: professores e alunos são totalmente alijados do processo decisório, em face da inexistência e adequado funcionamento democrático dos Conselhos Universitário e de Ensino e Pesquisa.

Agindo em várias frentes, o Sinpro-Rio vem buscando parcerias para enfrentar essas transformações na Educação Superior. Apresentou denúncia ao Ministério Público do Trabalho contra a Estácio de Sá; encaminhou ao Ministério da Educação, através da Representação Regional, dossiê sobre as irregularidades dessa universidade; entregou, através da Confederação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee), Mapeamento das Irregularidades das IES Privadas do Rio; e vem realizando, desde outubro de 2008, reuniões periódicas do Fórum Permanente da Educação Superior Privada, com o objetivo de contribuir para o aprofundamento dos debates sobre a qualidade do ensino e a formação profissional e para a cidadania, assim como

vem buscando formular estratégias comuns de ação com entidades da sociedade civil organizada e parlamentares.

O Fórum Permanente da Educação Superior Privada no Rio de Janeiro tem uma ampla agenda de discussões fundada em algumas questões centrais: a reforma da Educação Superior; o papel regulatório do Estado; a gestão democrática da Educação Superior e a falta de efetividade da LDB. São questões cruciais que refletem a grave conjuntura de mercantilização da Educação Superior e o preocupante cenário de concentração oligopolística desse setor, através da constituição das grandes redes de ensino, verdadeiros conglomerados educacionais, com práticas de gestões de cunho essencialmente empresarial, distanciadas das finalidades precípua da universidade de compromisso com a produção do conhecimento e desenvolvimento da ciência e tecnologia.

A quase totalidade das pesquisas desenvolvidas nas universidades públicas em relação à Educação está voltada para o ensino público que todos nós defendemos. Entretanto enquanto os estudantes das camadas sociais com maior renda conseguem um ensino básico de melhor qualidade e conseguem acesso às melhores universidades, que são as federais, estaduais e municipais, os jovens e adultos das populações com menor renda fazem enormes sacrifícios para pagar mensalidades em IES privadas.

Embora o governo federal tenha conseguido nos últimos seis anos praticamente dobrar a quantidade de alunos matriculados nas universidades federais o setor privado é responsável hoje por mais de 74% das vagas universitárias em todo o país.

Os professores e especialmente suas entidades de classe (o Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro e região (Sinpro-Rio); a Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Estado do Rio de Janeiro (Feteerj) e a Confederação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino têm este desafio histórico a ser compartilhado com os diferentes segmentos da sociedade civil organizada.

O Programa de Promoción de la Reforma Educativa en América Latina – Preal – criado em 1996, como iniciativa de representantes de grandes grupos econômico-financeiros (dentre os quais FIEMG, IBM, Citibank, AT&T, Mastercard, Motorola, Discovery Communications, Phillips, Banco Mercantil, Bank of America) com a finalidade de definir as linhas educacionais e oferecer apoio aos governos e à sociedade para implantação das reformas que venham a atender às suas

necessidades está vinculado a organismos como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e orienta tanto parte do empresariado quanto consultorias voltadas para a atraente e lucrativa área de negócios da Educação.

Como bem sintetiza a Profa. Aparecida Tiradentes, assessora do Sinpro-Rio para Assuntos Educacionais e Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho e Educação na Fundação Oswaldo Cruz (GEPTE da Fiocruz): “A tônica de seus textos, nos primeiros anos, era a desqualificação do Estado e o chamado à “participação”, como designam a intervenção do mercado na elaboração das reformas educacionais. Argumentam que, como usuários do produto educacional (a força de trabalho), como clientes, têm o direito de determinar que produto querem. Estabelecem como alvo o principal obstáculo a sua ação: o sindicalismo docente, cujo ativismo pode representar barreiras à execução das reformas. Sugerem “incentivos”, cooptação e repressão para que os sindicatos docentes desistam de se opor às mudanças.”